

Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias

Possibilities in the individuals' study: the microhistory as pomp to analyse trajectories

Jéssica Santana de Assis Alves

Mestranda em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

jessica315171@gmail.com

Recebido em: 15/03/19

Aprovado em: 14/05/19

Resumo: Dentro do campo da história o estudo da vida de um indivíduo pode ser realizado por múltiplas perspectivas, onde o método biográfico se destaca nesse meandro. Porém, nesse artigo buscamos realizar reflexões sobre a abordagem da pesquisa microanalítica, destacando os aspectos que estão envoltos em um dos objetos de estudo do micro-historiador: a Trajetória. Nossa preocupação é perceber: de que maneira a micro-história se apresenta como alternativa apropriada para investigar trajetórias de indivíduos? De modo a compreender a abordagem como instrumento analítico aplicável ao estudo histórico de determinada realidade, expor suas abordagens e os desafios teórico-metodológicos que a circundam.

Palavras-chave: Trajetória, Micro-História, Instrumento analítico.

Abstract: In history research the study of the life of an individual can be conducted in multiple ways, but the biographical method stands out among available paths. However, in this article we seek to reflect on the approach of microanalytical research, highlighting the aspects that are involved in one of the objects of study of the microhistorian: trajectory. Our concern is to discover in what way microhistory is an appropriate alternative for investigating individuals' trajectories, in order to understand the approach as an analytical instrument applicable to the historical study of a given reality. It is also our goal to expose microhistory's approaches and the theoretical and methodological challenges that surround it.

Keywords: Trajectory, Microhistory, Analytical instrument.

Introdução

Neste artigo pretende-se realizar reflexões sobre a abordagem de pesquisa micro-histórica, destacando os meandros que estão envoltos em um dos objetos de estudo do micro-historiador: a Trajetória. Nossa preocupação é perceber de que maneira a micro-história se apresenta como alternativa apropriada para investigar trajetórias? De modo a compreender a abordagem como instrumento analítico aplicável ao estudo histórico de determinada realidade, expor suas abordagens e os desafios teórico-metodológicos que a circundam.

As reflexões sobre à micro-história que serão apresentadas aqui partem de questões acerca da pesquisa de mestrado em andamento sobre a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí no século XIX. Dessa maneira, buscamos formular nossa reflexão abarcando os instrumentos analíticos que pretendemos adotar na referida pesquisa.

A nossa argumentação será dividida em três partes, na primeira buscamos definir o que é a micro-história, suas percepções e ambições. Para em seguida, analisar algumas noções da micro-história que remetem ao estudo do indivíduo, a fim de explicitar os benefícios que a abordagem oferece. Por fim, situamos as proposições analíticas a nossa pesquisa, destacando na prática os pontos em que a abordagem se mostra um instrumento analítico para estudos que se dedicam a estudar sujeitos históricos.

Os meandros da micro-história: percepções e ambições do micro-historiador

A abordagem micro-histórica originou-se da prática de historiadores de origem italiana, francesa, inglesa e norte-americana. Edoardo Grendi afirma que o discurso micro-histórico começou a circular de modo informal na década de 1970, mas sem bases teóricas e projetos que fosse possível criar uma escola de pensamento (1998). Assim, a abordagem só foi receber maior notoriedade em um projeto desenvolvido por um grupo de historiadores italianos na coleção *Quaderni storici* dirigida por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Carlo Poni e Edoardo Grendi entre o final da década de 1970 e início da de 80. Na revista surge a maioria dos textos programáticos e pioneiros da abordagem (LIMA, 2006).

De acordo com Jacques Revel (2010), uma das primeiras obras que reivindicou pertencer a esse gênero de análise foi a do historiador mexicano Luís González y González. A obra de título *Pueblo em vilo: microhistória de San José de Gracia*, publicada em 1968, tratava de uma comunidade aldeana do México central no período de quatro séculos. Segundo Revel, o historiador mexicano nutria a convicção de que a abordagem da micro-história o permitiria restituir uma parte ignorada ou escondida da existência social.

A restituição de uma parte que até então era ignorada de uma perspectiva macro é um dos principais norteadores da micro-história. Como aponta Ginzburg, “A análise micro-histórica (...) movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia” (1989, p.178). Os outros tipos de historiografia que Ginzburg se refere passaram a ser questionados no final da década de 1970 e início da de 1980, como, por exemplo, a História social a modelo dos Annales e o Marxismo.

Em 1998, Revel (1998) afirma que o objeto de estudo científico dessas vertentes investia no repetitivo e nas regularidades, privilegiando uma longa duração para tonar observáveis os fenômenos e as transformações globais por meio da quantificação e seriação. Desconsiderando assim, a variação da escala de observação.

Nesse sentido, a Micro-história nasceu em meio a uma crise de paradigmas na historiografia, como um novo âmbito de possibilidades. Nas palavras de Revel, “a proposição micro-histórica, foi o sintoma dessa crise de confiança, ao mesmo tempo em que contribuía, de maneira crucial, para formulá-la e precisá-la” (1998, p. 19).

Porém, Henrique Espada Lima não retém a micro-história a um sintoma de insatisfações frente aos paradigmas científicos das ciências sociais (2006). Para o autor a micro-história é, além disso, um índice do interesse de reflexão histórica contemporânea pela mudança social e a capacidade das pessoas e grupos agirem de maneira ativa e autônoma.

A historiografia brasileira, já nos primeiros anos, se interessou pela nova abordagem historiográfica, mesmo que paulatinamente. Ainda na final da década de 1950 e início da de 1960, podemos nos deparar com declarações nos jornais desse tipo: “A micro-história reflete a macro-

história.” (A VOLTA..., 1958, p.02), “(...) a trama da micro-história, tão importante para a grande História, como a microbiologia para a Biologia” (ATHAYDE, 1965, p.06).

Durante a década de 1970, nas páginas dos jornais, há a menção de diversas teses e trabalhos que realizaram abordagens da micro-história, como por exemplo, a do professor Fernando da Rocha Peres da Universidade Federal da Bahia, que nas próprias palavras do autor transcritas no jornal sua pesquisa “(...) trata-se de uma tese monográfica e descritiva dentro dos limites da micro-história” (O PASSADO, 1973, p.04).

As menções nos jornais intensificaram-se no decorrer dos anos, houve pessoas tecendo opiniões sobre a micro-história e atribuindo a proposição teórica e metodológica a obras de autores durante a realização de resenhas dessas obras. De acordo com Raphael Lino a utilização da Micro-história nos anos iniciais, principalmente na década de 1980 e 1990, estava relacionada com mudanças institucionais nas universidades (LINO, 2017).

A abertura de novos cursos de pós-graduação permitiu que as novas práticas adentrassem por meio da criação de linhas de pesquisa, amplificação do mercado editorial e novas orientações teóricas. Os recortes temáticos, as escolhas dos objetos e os conceitos aplicados, segundo o autor, variavam de um lugar para outro e, sendo assim, as formas de análise que se aproximavam da micro-história foram utilizadas de diferentes maneiras, por autores diversos.

Para Lino, as mudanças institucionais ocorrerem primeiramente no plano dos estudos sobre o trabalho e movimento trabalhista e, em seguida, nos estudos sobre a escravidão que naquele momento buscavam renovação, sendo assim, os estudos coloniais para o autor foram o principal palco de experimentações da micro-história na época (LINO, 2017). Dessa maneira o autor aborda estudos como de Laura de Mello e Souza *O diabo na terra de Santa Cruz – feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* de 1987, de Ronaldo Vainfas *Trópico dos pecados – Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*, de 1989 e de João Fragoso *Homens de Grossa Aventura* de 1990.

Porém, desde os seus passos iniciais no Brasil a Micro-história não foi bem aceita pela maioria e diversas críticas a circundaram. Em entrevista para o Jornal do Brasil, uma historiadora que foi especialista em história econômica e social da Bahia e da escravidão no Brasil, inserindo-se assim até mesmo nesse grupo que buscava renovação, teceu críticas sobre a microanálise.

Em 1988, a historiadora Kátia de Queirós Mattoso é entrevistada por Wilson Coutinho sobre uma cátedra na França com o Brasil como temática. Ao ser questionada sobre o que seria os “modismos” na historiografia brasileira, ela afirma o seguinte:

Percebi que em meados dos anos 70 havia uma tendência, que precisa ser avaliada, que se pode chamar de micro-história, ou seja história das prostitutas, dos desclassificados, dos oprimidos. É muito bom se fazer a história dos oprimidos, mas eu me pergunto até que ponto nós conhecemos a história dos opressores, da classe dominante. Antes de mais nada, eu acho que devemos estudar os opressores para compreender os oprimidos e não darmos uma visão de viés da sociedade (MATTOSO, 1988, p. 10).

Mais a frente ela prossegue:

Modismos como a história da sexualidade, da gastronomia, que são temas da microhistoria, foram tratados por esses historiadores. A crítica que se pode fazer à Ecole é que suas temáticas estão tão pulverizadas que não sabemos mais o que é história e nem podemos falar mais de uma teoria da história (MATTOSO, 1988, p. 10).

As críticas tecidas pela historiadora refletem o que Ronaldo Vainfas define como uma “confusão” na compreensão do que se tratava a micro-história (VAINFAS, 2002). A crítica de Katia Mattoso estava amparada por recusas ao novo, destacando a necessidade de reforçar os estudos com objetos já vigentes, para possibilitar a compreensão de outros objetos de estudo como os oprimidos. Sobre essa resistência a proliferação de novos temas, Vainfas diz:

Naquela altura, imensa confusão se fazia entre historia das mentalidades, história cultural, Nova História e, certamente, micro-história, termo utilizado muitas vezes para designar um tipo de história condenável. A confusão era alimentada pelos adversários da chamada Nova História, no fundo empenhada em condenar os “novos temas”, a sexualidade, a feitiçaria, a história do cotidiano, sob os mais diversos argumentos, desde a alegação de que os estudiosos desses assuntos se refugiavam em “modismos” até a acusação de que faziam o “jogo de direita”, passando pelo argumento insólito de que esse tipo de história evitava a pesquisa de arquivo, limitando-se a resenhar fontes singulares à maneira das crônicas (VAINFAS, 2002, p. 8).

O autor demarca a origem da “confusão” não somente dos adversários da Nova História. Para ele os próprios historiadores que lançavam mão do aporte teórico e metodológico da Micro-história produziam essas confusões. Pois, estes estudiosos, segundo o autor, mal diferenciavam a história das mentalidades francesa da história cultural produzida por um Thompson ou por um Ginzburg. Havia assim, uma caracterização, de maneira geral, como alternativas inseridas na Nova História ou ao campo das mentalidades.

Vainfas atribui essa “confusão” ao atraso de cerca de 10 ou 15 anos para a entrada dessas correntes ao Brasil. Pois, quando vieram se difundiram juntas na década de 1980. Nesse sentido, observamos que a própria obra de Giovanni Lévi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, (LEVI, 2000) umas das principais obras para se pensar a micro-história foi traduzida e publicada no Brasil apenas 15 anos depois da sua primeira edição.

Outro obstáculo para o uso da micro-história é a fragilidade dos Arquivos. João Fragoso afirma que no Brasil há uma carência de corpus documental que possibilite o rastreamento dos indivíduos em suas múltiplas relações, dificultando a análise das experiências sociais (2002). O autor define, assim, a micro-história brasileira como “tapuia”, bem diferente da italiana no que concerne os limites e possibilidades de utilidade dos documentos.

Após o seu aparecimento como aparato teórico-metodológico, muitos foram, e alguns ainda se fazem presentes, os questionamentos acerca da microanálise. Muitas questões são generalizantes, como as rebatidas por Natalie Zemon Davis em um breve artigo sobre as formas da História social. Davis rebate as seguintes questões:

A primeira objeção é: Até que ponto é representativo o seu vale, cidade, máscara, massacre, moleiro, impositor, exorcista ou santo dos galgos? A segunda, como a micro-história se encaixa nos padrões mais amplos do país, o tempo, o evento público? Como isso nos ajuda a entender as grandes transformações históricas? (...) E a terceira, ao fazer um exame tão completo da experiência diária e ritual, não há perigo de enfatizar demais uma cultura baseada na acomodação não problemática de condições de vida precárias e em crenças compartilhadas, de ignorar os sinais de dominação e resistência. e as estruturas profundas da violência? (DAVIS, 1991, p. 178).

A autora prontamente responde as críticas lançando outra pergunta “A revolução francesa é representativa de todas as revoluções?” (DAVIS, 1991, p. 179). Essa analogia nós diz muito sobre as atribuições que circundam a macro e micro-história. Assunto que abordaremos mais a frente. O que devemos refletir aqui é nas proposições da micro-história. Em que momento os autores que se dedicaram a essa abordagem se propuseram a fazer uma análise que se figurasse representativa de um todo? Houve esse momento? O que é a micro-história afinal? Quais são os aspectos da sua perspectiva?

Devido as críticas incisivas, no decorrer da implementação e utilização da perspectiva no Brasil, diversos historiadores realizaram esforços de reflexão sobre o campo, revelando diversos

aspectos da micro-história, buscando esclarecê-la e defini-la com maior precisão, seja em obras específicas sobre a micro-história ou no transcurso da feitura de teses e dissertações.

Por exemplo, Paul-Andre Rosental (1998) que buscou demonstrar que a micro-história se baseia em uma óptica neo-racionalista que visa reconstituir todas as cadeias de causalidade que a partir das escolhas dos indivíduos produzem as formas sociais que observamos. Para o autor a abordagem não tem nada em comum com as monográficas, pois sua pretensão é chegar a conclusões historiográficas de alcance geral.

Assim como Rosental, Jacques Revel (1998) observou que a micro-história é distinta de uma análise monográfica, mas para além do alcance geral o autor ressaltar o princípio de variação de escalas. Para Revel a mudança de escala de análise é essencial para a definição da micro-história, pois variar as escalas micro e macro possibilita mudar a forma e sua trama do objeto.

Nesse meandro, Henrique Espada Lima também buscou ir além dos rótulos existentes na superfície dos debates sobre a abordagem histórica (2006). Em sua obra, o autor se propôs a analisar a micro-história italiana atravessando a polêmica dos debates e críticas da sua atualidade, de maneira a encontrar as condições da sua possibilidade e compreender a sua trama para além da aparente homogeneidade.

De acordo com o autor, desde a ampliação da abordagem por meio da *Quaderni Storici* os trabalhos que utilizam a perspectiva da micro-história assumiram formatos heterogêneos. Buscando demonstrar a heterogeneidade de posições e influências articuladas nos trabalhos iniciais, Lima indica as particularidades e diferenças nas pesquisas de Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, principais autores da revista citada e da perspectiva analítica no decorrer do tempo. Para assim esclarecer melhor as possibilidades e características da abordagem histórica.

O autor demonstra que apesar desses historiadores se articularem em torno de um projeto comum, eles produziram estudos múltiplos, multifacetados e até mesmo divergentes em alguns pontos. O historiador genovês Edoardo Grendi, de acordo com Lima, realizou um entrelaçamento da história social com a antropologia social por meio dos seus estudos sobre a história do movimento operário inglês. Ao analisar a classe trabalhadora Grendi se dedicou a sua pluralidade

cultural e social construídas durante o processo de mobilização e aglutinação de diferentes valores pelos agrupamentos sociais.

Enquanto isso, Giovanni Levi preocupava-se em enfatizar as disparidades e heterogeneidades que caracterizaram as relações estabelecidas entre as comunidades com as pressões exercidas por um poder central. Dessa maneira, Levi tinha o objetivo de realçar as complexidades das relações sociais de maneira a revelar o posicionamento das forças no cotidiano social.

No que concerne Carlo Ginzburg, Lima aponta uma trajetória investigativa que se apoia no paradigma indiciário voltado para a circularidade cultural, em que independente de pesquisar sobre feitiçaria, superstições, práticas mágicas e religiosas, ele buscava compreender os significados dessas práticas para os sujeitos sobre as suas próprias existências.

Nesse sentido, os autores analisados por Lima apesar de compartilharem uma perspectiva e procedimentos que enfatizam as pluralidades de contextos sociais e históricos, as relações sociais, as multiplicidades de experiências de vidas construídas por indivíduos e grupos há uma heterogeneidade entre eles, não havendo assim, necessariamente, uma unidade entre os protagonistas da micro-história.

Em vista disso, percebemos que a micro-história foi difundida a partir de um grupo de historiadores que por meio da publicação de trabalhos em uma revista possibilitaram a divulgação da abordagem. A mesma sofreu diversas críticas ao longo do tempo devido à falta de entendimento das suas proposições e a discordância dos métodos propostos. A falta de entendimento, por sua vez, gerou “confusões” e rótulos que dificultaram a compreensão e aplicação da perspectiva.

No entanto, esclarecimentos como o de Henrique Espada Lima (2006) demonstram que a micro-história é mais do que um trabalho historiográfico engessado metodologicamente que envolve análises circunscritas voltadas para trajetórias individuais ou de grupos em detrimento de uma história mais globalizante. A micro-história trata-se, para ele, de uma abordagem múltipla e multifacetada que visa sem perder a especificidade e originalidade de seu objeto iluminar questões mais gerais.

Mas como a partir de um objeto é possível iluminar questões mais gerais? Como fazer isso na prática? Vejamos investigando os meandros que estão envoltos em um dos objetos de estudo do micro-historiador: a Trajetória.

Trajetória em foco: as noções da Micro-história que remetem ao estudo do individuo

Cerca de 40 décadas anteriores ao surgimento da micro-história, de acordo com Paulo Guérios, surgiu nas Ciências Sociais na chamada “Escola de Chicago” a metodologia da história de vida (GUERRIOS, 2011). Onde, os estudiosos dedicados a essa metodologia, abordavam a partir de entrevistas de caráter biográfico temas diversos. Após o seu uso intensivo, entre as décadas de 1920 e 1940, a metodologia sofreu forte declínio e só foi retomada na década de 1970.

Esse método trazia a perspectiva do entrevistado sobre os acontecimentos de sua vida, porém, segundo Guérios, a análise estava descolada do social, do contexto. As críticas aos estudos com enfoque biográfico foram surgindo com o tempo e umas das mais significativas é a produzida por Pierre Bourdieu no texto intitulado *A ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1996). Neste texto o autor, considera a história de vida como uma noção de senso comum que entrou como contrabando no universo científico e crítica a ausência de uma conexão da vida estudada com as condições concretas em que ela se insere. Em suas palavras:

Tentar compreender uma vida como uma serie única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tenta explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferente estações (BOURDIEU, 1996, p. 189-190).

O autor sinaliza a criação de uma ilusão biográfica, indicando que ao se fazer uma biografia deve-se situar os agentes sociais em seu grupo, de maneira, a narrar a construção diacrônica da trajetória dos indivíduos. Deve-se levar em consideração as “diferente estações” do metrô, suas conexões. Nesse sentido, o fazer biográfico passou por reconfigurações, o biógrafo passou a atentar as dimensões sociais que circunscrevem o individuo estudado. Essas perspectivas perpassam também a trajetória, pois, segundo Bourdieu, não podemos compreender uma trajetória “sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se

desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado” (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Sabina Loriga (2011) destaca as mudanças nos estudos biográficos desde o século XVIII até o XX. A autora demonstra a pluralidade da escrita biográfica ao longo do tempo, que no primeiro momento focalizava a vida dos santos, reis, poetas ou soldados que se destacaram na sociedade, uma reflexão biográfica voltada para os “heróis”. Em seguida, a partir de século XIX as escritas se voltaram para os homens comuns e no século XX buscam acabar com a contradição entre o particular e o geral, relacionando o homem com o meio. Nesse sentido, a autora indica que apesar de a escrita biografia ter como mote narrar a vida do indivíduo, não existe uma regra formal nesse domínio, nem mesmo no que diz respeito às características individuais.

No que concerne à relação do particular com o geral, vimos que no século XX a escrita biográfica torna-se mais aberta ao social, ao contexto que está interligado as vidas dos indivíduos relação tão caro a micro-história. Porém, como veremos a seguir à análise biográfica é distinta da análise realizada pela micro-história. Os aspectos abordados brevemente na introdução deste tópico servem para compreendermos as discussões vigentes no momento de emergência da micro-história, da maneira como se pensava o indivíduo na história e na sociedade.

Na micro-história, um dos fragmentos que o historiador seleciona é a trajetória de vida de indivíduos. De acordo com Jose D’Assunção Barros a trajetória para a micro-história é um meio possível de enxergar algo da realidade que envolve o fragmento analisado e assim acessar a questões mais amplas (2007). Pois, segundo ele, o micro-historiador está em busca de algo a mais que os objetos em si mesmos. Nas palavras de Barros:

Menocchio é escolhido por Carlo Ginzburg por que seu processo inquisitorial permite trazer à tona determinado diálogo de culturas, certa prática marcada pela circularidade cultural, uma determinada rede de rivalidades e solidariedades, de medos e de expectativas que afloram a partir de práticas cotidianas recuperadas, das fantasias possíveis a um moleiro e das reações de inquisidores e testemunhas inquiridas a estas fantasias multi-circulares (BARROS, 2007, p.176).

A trajetória do moleiro Menocchio permitiu a Ginzburg acessar diversas outras questões sobre os limites da Inquisição. Apesar das particularidades e diferenças das obras de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, descritas anteriormente, percebemos também a utilidade da análise da trajetória de um indivíduo na obra do segundo autor.

Giovanni Lévi ao escolher um povoado piemontês de Santena no século XVII, uma região até então não abordada nos estudos camponeses e uma trajetória pessoal a do padre Giovan Battista Chiesa desvenda traços típicos do Antigo Regime. (LEVI, 2000) Para Lévi, o estudo de trajetória de vida é concebido como uma maneira de abordar e compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo estudado se articula, permitindo assim o enriquecimento da análise social.

A trajetória dos indivíduos assume para a micro-história uma maneira de compreender a trama social e diversos aspectos que envolvem a vida do objeto estudado. O Menocchio de Ginzburg ou o Chiesa de Lévi são exemplos de que seja para reconstruir a circularidade cultural, ou as redes de relações sociais, a análise de trajetórias se torna um instrumento analítico profícuo para o micro-historiador. Pois, a análise permite expor e acessar as questões e os problemas, que os pesquisadores, de acordo com suas particularidades, buscam compreender.

No geral, apesar da análise biográfica ser um meio possível para se estudar a vida de um indivíduo e o seu meio, a micro-história por meio da análise da trajetória de vida de um indivíduo acessa a trama social de maneira a descortinar aspectos mais amplos da sociedade. A exemplo novamente da obra de Giovanni Levi (2000), a análise não conta com a dimensão narrativa própria da biografia. O autor parte de fragmentos da vida do padre Chiesa para reconstruir os contornos de um grande jogo social e político, onde acessa as heranças imateriais, as relações hierárquicas e as formas de poder que estruturam o Antigo Regime.

Visto isso, a partir da análise de dois estudos de caso pretendemos compreender na prática a maneira como a micro-história investiga trajetórias. Optamos por analisar obras de historiadores que não compõem o quadro de protagonistas da revista *Quaderni Storici*, uma obra da década de 1980 e outra mais recente da década de 2010. De maneira a observar as análises em períodos diversos da história.

Em 1983, Natalie Zemon Davis se interessou pela trajetória de vida de Martin Guerre. Trajetória polemica de falsa identidade ocorrida em uma aldeia francesa na região de Languedoc na metade do século XVI (DAVIS, 1987). Por meio dos documentos escritos como anais judiciais, processos criminais, o livro de Jean de Coras e de Guilherme Le Sueur, testamentos, inventários,

registros de casamentos, contratos e etc. a autora buscou dar tratamento histórico a uma história que já havia sido objeto de romances e da indústria cinematográfica.

Assim, combinando fontes jurídicas com literárias produzidas a respeito de Guerre, Davis buscou analisar a trajetória de vida dos indivíduos, pois para compreender o acontecimento deveria investigar não apenas Martin Guerre, mas o próprio impostor e os familiares do primeiro. Investigando assim, a sua partida da aldeia e os motivos para deixá-la, a maneira que Arnaud Du Tilh tornou-se um impostor e se Bertrande de Rols foi realmente enganada e por que Arnaud não conseguiu sustentar a sua posição.

Esta análise, como propusemos anteriormente, não é somente sobre a trajetória dessas pessoas, mas uma maneira para acessar as formas em que os camponeses vivenciaram as relações familiares e as restrições e possibilidades de suas vidas. Pois, “as aventuras de três jovens aldeões não estão tão distantes das experiências mais corriqueiras dos seus vizinhos” (DAVIS, 1987, p. 20-21). Tanto que, Davis também percorreu arquivos para consultar documentos das aldeias da região para compreender o mundo dos camponeses, a maneira que viviam essas relações.

Mas, como Davis realiza essa análise? Para investigar a vida dos três aldeões protagonistas da história, a autora se lança aos documentos tendo como bússola o nome desses indivíduos. Investigando as pegadas para compreender suas trilhas. Um esforço que se assemelha ao detetive, seguindo os passos dos indivíduos para reconstruir suas histórias. Como disse a própria autora: “Eu seguiria os aldeões através das corte criminais e explicaria os diferentes veredictos dos juízes” (DAVIS, 1987, p. 11), e ainda nos rastros dos atores rurais, “Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido” (DAVIS, 1987, p. 21).

Na segunda passagem, além do método Davis nos indica suas lacunas e dificuldades com as fontes. Ao explicar os limites impostos pela escassez da documentação, a autora afirma que cruzou informações com outras fontes para verificar indivíduos semelhantes aos três camponeses estudados, oferecendo assim uma “invenção construída”. Essa construção é ainda mais clara, nos decorrer do texto com o uso de advérbios que expressam dúvida, como “possivelmente”, “talvez”, “meu palpite”, “pode-se conjecturar”.

Esses são alguns dos limites na investigação do micro-historiador na tentativa de reconstruir trajetórias. O pesquisador depara-se com lacunas e uma maneira de resolvê-las é lançando mão de outras fontes que tragam informações sobre os contemporâneos dos investigados, de modo a tecer relações. Além do mais, o objetivo do micro-historiador não é analisar questões mais amplas? Não é enxergar a realidade que envolve o fragmento analisado? Nada mais justo que trazer elementos concernentes a outros indivíduos nesse processo.

A segunda obra que buscamos observar a análise de trajetória é a de Rebeca Scott e Jean Hébrard sobre a trajetória de uma família. Uma odisséia familiar iniciada em Senegâmbia para Saint-Domingue no final do século XVIII, seguindo por diversos países até desembocar na Bélgica (SCOTT; HÉBRARD, 2014). Devido os espaços que os autores percorreram, seguindo a família em locais diversos, a análise é considerada por eles como experimento de uma micro-história posta em movimento. Este é um grande ganho nos estudos da micro-história, pois demonstra que a análise não está circunscrita a um espaço mini-recortado.

Sobre o espaço circunscrito, Barros afirma que a micro-história não se refere necessariamente a análise de um espaço físico reduzido, mesmo que isso ocorra (2007). O micro-historiador não necessariamente estuda “a” comunidade, mas pode estudar “através” de uma comunidade. Sendo assim, o objeto de estudo não precisa ser um espaço micro-recortado, pode ser uma prática social, a trajetória de atores sociais, uma ocorrência e etc, como observamos na obra de Scott e Hebrard (2014).

Os autores acompanham o rastro itinerário da família nos documentos, investigando os registros mantidos por padres, tabeliães, oficiais e recenseadores locais nas regiões do Senegal, Cuba, Luisiana, Haiti, França, México e Bélgica, também a partir do nome. De maneira a descortinar as escolhas feitas e as posições sociais que os indivíduos participantes dessa família esperavam obter.

Assim como Davis, os autores encontraram lacunas nos documentos ao reconstituírem a trajetória da família, a solução adotada por eles foi a mesma da autora, traçaram relações com outras fontes locais a respeito dos modos de vidas, as ações jurídicas, as percepções sociais e as ações desenvolvidas em busca da emancipação nas diversas regiões. Além do mais, recorrem a demais

fontes para reconstruir os cenários, como ocorreu com o embarque e desembarque de uma das integrantes da família chamada Rosalie do Senegal para o Caribe.

Pois, “algumas das circunstâncias da viagem de Rosalie podem ser inferidas se examinarmos os registros de outros navios que içavam velas para as ilhas do açúcar francês a partir do porto de Saint-Louis durante a década de 1780” (SCOTT; HÉBRARD, 2014, p.33). Na reconstrução do provável itinerário atlântico de Rosalie os autores verificam, dentre outros aspectos, que ela pode ter chegado primeiro a Port-au-Prince ou um dos outros portos principais em Saint-Domingue, e que ela estava familiarizada com a importância da escrita.

Nesse sentido, da mesma maneira que Davis, a escolha de suprimento das lacunas ocasionou a escrita de verbos no condicional como “pode ter sido”, “muito provavelmente”, “provavelmente”, “mais provável” e etc. Esses advérbios, apesar de em um primeiro momento indicarem insegurança na afirmação, nos indicam a partir da micro-história mais sobre o processo de interligação dos indivíduos e de experiências compartilhadas. Pois, assim como afirmam os autores, “A história dessa família se desenvolveu em uma narrativa de escolhas individuais e coletivas condicionadas pela escravidão, pela guerra e pela hierarquia social” (SCOTT; HÉBRARD, 2014, p.19).

Scott e Hébrard possuíam evidências sobre as escolhas e experiências de outros indivíduos no mesmo contexto histórico da família, estendendo assim, as possibilidades de compreensão dos acontecimentos que envolviam os indivíduos estudados. Sendo assim, observamos que os autores não buscaram narrar a história de uma família em si, mas através dessa família compreender experiências vividas por indivíduos que naquele período ambicionavam sua emancipação no contexto de grandes revoluções como a dos Estados Unidos da América, a da República francesa e a da nação do Haiti.

Em linhas gerais, essas duas obras apesar das perspectivas e objetos diversos, compartilham da mesma metodologia. Ambas utilizam o nome dos indivíduos como fio condutor da análise, proposição metodológica de Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989). Em que o método onomástico é para além de uma mera identificação dos indivíduos nos documentos históricos, um elemento que aos poucos faz emergir as redes de relações, escolhas e modos de agir que circunscrevem a vida dos indivíduos e possibilita a construção de uma imagem gráfica na qual está inserido.

A partir do tratamento intensivo das fontes, buscando o nome dos indivíduos, os micro-historiadores verificam as trajetórias de modo a revelar através dessas trajetórias detalhes que serão reveladores do cotidiano, do modo de agir, das peculiaridades de determinado grupo social e das vicissitudes vigentes. Essa é a particularidade da Micro-história na análise de trajetórias, apresentando-se assim, como uma alternativa apropriada para o estudo de um indivíduo e as dimensões sociais que o circunscrevem. Intercalando entre o micro e o macro, de maneira a refletir acerca da trama social e pensar também nas estruturas.

Reflexão do objeto: situando as proposições analíticas na pesquisa

Em vista da presença de mulheres fazendeiras de café na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal de Itaguaí (atual Seropédica) em meados do século XIX, nossa pesquisa tem por temática a participação das mulheres de posses no contexto da produção cafeeira na zona itaguaiense do oitocentos. Para isso, selecionamos uma fazendeira de café D. Gertrudes Maria da Conceição para verificarmos os limites e possibilidades de ação social e econômica de uma mulher fazendeira na região, que dentre as suas ações, se associou com seus pares na defesa e manutenção de sua unidade produtiva.

Até o momento, aferimos que a micro-história é uma abordagem múltipla e multifacetada ancorada na mudança de escala de análise. E que, por meio da trajetória, essa mudança de escala ocorre entre o indivíduo e as estruturas em que o vivido se articula. Sendo assim, a micro-história é um meio possível de se investigar um indivíduo e as condições concretas que ele se insere.

Esses pressupostos se aplicam ao nosso estudo, uma vez que, pretendemos compreender, a partir da trajetória de D. Gertrudes, os limites e possibilidades de ação social e econômica que circunscrevia a vida de uma mulher fazendeira de café na zona itaguaiense de produção cafeeira. Para isso, intencionamos atentar para a participação da senhora no conjunto produtivo e as ações desempenhadas por ela na promoção e manutenção da atividade produtiva, como a disputa territorial de um grupo de fazendeiros de café com a fábrica de seda.

Na prática, na redação do primeiro capítulo da pesquisa buscamos compreender o conjunto produtivo do qual D. Gertrudes fazia parte, destacando as relações de gênero que o permeavam. De modo a identificar o contexto em que puderam surgir mulheres na condição de fazendeiras de

café. O esforço foi no sentido de atentar as experiências vividas compartilhadas por essas mulheres, e através de D. Gertrudes, revelar aspectos importantes de uma das maneiras em que as mulheres poderiam participar enquanto agentes econômicos na sociedade brasileira do século XIX.

Por meio da análise da trajetória de D. Gertrudes pudemos nesse primeiro momento da pesquisa relacioná-la com o conjunto produtivo do qual ela fazia parte, de maneira a enriquecer a construção histórica e fazer emergir um complexo de mulheres que no mesmo período de vida da senhora se dedicaram ao empreendimento cafeeiro, viveram os dilemas, dificuldades e benefícios da mulher na direção de uma unidade produtiva.

Nesse sentido, não dissociamos o micro do macro e intercalamos as escalas. Demonstrando que história de uma mulher itaguaiense cafeeira não deve ser construída a margem das demais, mas em diálogo com ela. Ademais, o recorte cronológico da pesquisa compreende um período em que a região viveu uma expansão da produção do café e ao mesmo tempo os produtores que se lançaram nesse empreendimento vivenciaram um período de diversas transformações no que concerne a propriedade. Na década de 1850 foram promulgadas duas leis significativas direcionadas ao patrimônio de escravizados e terras, a lei de proibição do tráfico de escravos e a lei de terras.

Após acalorados debates a lei também conhecida com lei Eusébio de Queirós foi promulgada (RODRIGUES, 2000), os proprietários não poderiam contar mais com as constantes reposições de escravizados retirados da África e avançaram em busca de outras alternativas. Por sua vez, a lei de terras de 1850 foi aprovada e regulamentada pelo Decreto n. 1318 em 1854, visando resolver questões acerca da ocupação das terras brasileiras. Segundo Motta, nessa lei foi ordenada a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por comandar a medição, divisão e descrição das terras devolutas e promover a conservação desses territórios (MOTTA, 1998). No período provavelmente houve maiores negociações por parte dos fazendeiros que queriam assegurar sua posição social.

Nesse sentido, entende-se que os recursos metodológicos da micro-história que buscamos expor, nos auxiliarão a analisar a trajetória de uma fazendeira de café na direção de sua unidade produtiva em Bananal de Itaguaí no século XIX, permitindo acessar a questões mais amplas que afetam a sociedade cafeeira daquele período, como a etapa de gestação da produção cafeeira, as implicações na produção do café em um período de proibição do tráfico transatlântico de

escravizados e implementação da lei de terras, a incipiente disputa entre indústria e produtores agrícolas, a participação de mulheres e as redes de relações instituídas na nova classe econômica dirigente.

Portanto, a abordagem metodológica da micro-história, se faz adequada para refletir acerca do nosso objeto empírico e também pode ser um recurso analítico para quem pretende se lançar no estudo de trajetórias refletindo sobre seu contexto. Pois, a trajetória de D. Gertrudes será importante para apreender as vicissitudes vigentes e os efeitos que produziram sobre os cafeicultores no período estudado. De maneira a revelar o contexto em que puderam surgir diversas mulheres na condição de fazendeiras e identificar os valores econômico-sociais que permearam a vida dessas pessoas.

Considerações finais

Em suma, buscamos nesse artigo analisar algumas noções referentes à micro-história que remetem ao estudo do indivíduo, de maneira a explicitar uma das investigações possíveis, levando em consideração a complexidade da abordagem e o seu lugar no campo do saber da História. Desconstruímos assim, algumas “confusões” pertinentes à micro-história, explorando aspectos da sua abordagem, suas perspectivas e ambições. De maneira a compreendermos do que se trata a trajetória para a micro-história e como esta a investiga. E acima de tudo, a maneira que a micro-história se apresenta como instrumento analítico aplicável ao estudo de trajetórias de vida.

Em vista do que foi discutido, a micro-história é uma abordagem heterogênea, que proporciona múltiplas análises alternando a lente entre as estruturas vigentes com as práticas dos indivíduos. Tornando-se um meio profícuo para se realizar a investigação da natureza e o funcionamento dos objetos sociais que escolhemos estudar. Por que, as variações de escala permitem a inclusão de uma trajetória em uma multiplicidade de espaços e tempos sociais, a partir das relações sociais que a envolvem.

Referências Bibliográficas:

A VOLTA dos... continuação da pagina 9. **Jornal do dia**. Rio Grande do Sul. p. 02, 29 de jun. 1958.

ATHAYDE, Tristão de. A voz da rotina. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 06, 02 de abr. 1965.

- BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **OP SIS**, vol. 7. n. 9, jul-dez, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- DAVIS, Natalie Z. **Las formas de la historia social**. Historia Social, 1991.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O regresso de Martin Guerre**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, 2002,
- GINZBURG, Carlo. **A microhistoria e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Revista Campos**, v. 12, n. 1, 2011.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- LINO, Raphael Cesar. **Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2017.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Nossa Catedrática em Paris. [Entrevista concedida a] COUTINHO, Wilson. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 10, 04 de set. 1988.
- MOTTA, Marcia Maria Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro. Ed. Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998.
- O PASSADO da Bahia: um presente em ruínas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 04, 05 de dez. 1973.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15. n. 45. Set/dez, 2010.
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.
- ROSENTAL, Paul-Andre. “Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998.

SCOTT, Rebeca; HÉBRARD, Jean. **Provas de Liberdade** – uma odisséia atlântica na era da emancipação. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: Os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.